

• Política

MANDATO

Richa propõe quatro anos para presidente, sem incluir Sarney

por Cecília Pires de Brasília

O senador José Richa encaminhou ontem à mesa da Constituinte proposta para ser inserida nas normas permanentes da Constituição um mandato de quatro anos para presidente e vice-presidente da República. Richa negou qualquer vinculação entre a apresentação desta medida e a proposta feita pelo presidente Sarney ao deputado Ulysses Guimarães e ao ministro das Minas e Energia, ontem, o secretário geral do partido, deputado Saulo Queiroz comentava diante de um dos mais íntimos amigos do presidente Sarney, o deputado Jayme Santana (PFL-MA), que se mantinha mudo, a dificuldade de apoio ao presidente, atualmente.

Saulo Queiroz comentava que, "de Ronaldo Caiado, da UDR, a Lula, do PT, estão todos queixando-se do governo. O governo está sem rumos. A Aliança Democrática é uma mixórdia, não existe mais. Se o governo ainda tivesse popularidade, daria para reunir os vários grupos políticos, procurar uma forma de apoio. Mas assim não dá", concluía, pessimista. O líder do PT na Câmara, Luis Ignácio Lula da Silva, que sala do gabinete de Aureliano Chaves, com o qual fora discutir uma greve no setor das Minas e Energia, comentava:

"Eu já provoqueei o doutor Ulysses, perguntando se nos encontraríamos no palanque das diretas. Ele apenas riu", contou Lula. Enquanto o debate em torno do mandato toma conta de todas as conversas entre o Congresso e a Esplanada dos Ministérios, a reforma ministerial anda em compasso com a crise que ela própria provocou, acirrando o debate em torno da duração do governo Sarney. Os estragos foram tantos, que acabaram por reduzir as mudanças que o presidente pretendia efetuar a passos largos.

"A reforma ministerial em termos amplos acabou", afirmou o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. "O que pode haver agora são apenas ajustes", disse o ministro. Umbilicalmente ligada à crise em torno do mandato de Sarney, a mini-reforma pode beneficiar agora o governador Orestes Quêrcia, de São Paulo, que juntamente com Ulysses Guimarães se declarou, na última terça-feira, favorável a um mandato de seis anos para Sarney.

Dois ministérios podem ser alterados agora. Um é o da Indústria e do Comércio, que pode cair na cota de indicações do governador paulista. Outro é o da Saúde, que pode ter seu titular indicado pelo governador de Minas, Newton Cardoso. A informação é de um parlamentar muito ligado ao presidente Sarney.

Bancada do PMDB nega quórum para decidir data das diretas

por Zanoni Antunes de Brasília

A bancada do PMDB, reunida ontem à noite no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, decidiu por aclamação encaminhar à executiva do partido, como sugestão, as propostas de convocação da convenção e da fixação da duração do mandato do presidente José Sarney. Após sucessivas manobras de esvaziamento da reunião, denunciadas por alguns deputados em plenário, o líder Luiz Henrique acatou a questão de ordem do deputado Cid Carvalho (MA) de falta de quórum para deliberação.

A proposta do deputado Miro Teixeira (RJ), que motivou a reunião da bancada do PMDB na Câmara, tinha como objetivo sugerir a convocação da convenção nacional do partido para decidir a questão da duração do mandato presidencial, sem remeter a questão à executiva. Uma outra



Ulysses Guimarães

proposta, subscrita pelo deputado baiano Domingos Leonelli, defendia que a bancada do PMDB fixasse, como premissa, a duração do mandato do presidente José Sarney. O deputado Maurílio Ferreira Lima (PE), apresentou, em plenário, uma emenda à proposta do deputado Miro Teixeira. Segundo ela, a convenção na-

cional seria convocada extraordinariamente e fixaria os mandatos dos próximos presidentes. De acordo com a emenda, a convenção decidiria sobre a data da eleição presidencial a ser marcada para 15 de novembro de 1988, 89 ou 90.

O deputado Domingos Leonelli, ao defender a sua proposta, afirmou que não teria cabimento o País caminhar novamente para uma campanha por eleições diretas. Argumentou que o seu partido compõe a maioria para decidir sobre o assunto. "Não tem cabimento pedir diretas para nós mesmos", observou.

DEPUTADOS PRESENTES
Contra as propostas falaram os deputados Cid Carvalho (MA) e Roberto Cardoso Alves (SP). Cid Carvalho defendeu o presidente Sarney, afirmando que precipitar as eleições presidenciais equivaleria a julgar o presidente da República. Em seguida, Cid

Carvalho pediu verificação de quórum, uma vez que das 140 assinaturas do livro de presença pouco mais de 90 deputados ainda se encontravam no plenário.

Acatada a questão de ordem de Cid Carvalho, o líder Luiz Henrique, com a concordância dos autores das propostas, sugeriu que elas fossem encaminhadas à executiva do partido, o que foi aceito por aclamação. A decisão não agradou ao deputado Domingos Leonelli, que achou que ela prejudicava o partido a partir do momento em que a bancada abria mão de decidir. Acusou ainda o líder do governo Carlos Sant'Anna de manobrar abertamente pelo esvaziamento da reunião. Lembrou também que os deputados nordestinos foram convocados pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, para uma reunião no mesmo horário do encontro. "Toda a vez que a bancada deixa de decidir, o doutor Ulysses decide sozinho", concluiu.

Ulysses pede unidade a líderes

por Andrew Greenlees de Brasília

O intenso debate sobre a duração do mandato do presidente José Sarney levou ontem o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, a reunir os líderes do partido no Congresso. A necessidade de haver uma discussão preliminar sobre o regime de governo — presidencialismo ou parlamentarismo — foi a principal conclusão do almoço na residência de Ulysses, do qual participaram os líderes na Câmara, Luiz Henrique, no Senado, Fernando Henrique Cardoso, na Constituinte, Mário Covas, e do governo na Câmara, Carlos Sant'anna.

Segundo Sant'anna, houve consenso também no sentido de que as divergências naturais não devem resultar num "racha" profundo do partido. "O debate existe, mas não se pode decidir com acodamento", avaliou o líder do governo na Câmara. Ele informou ainda que Ulysses deverá avistar-se novamente com o presidente Sarney no próximo sábado, quando já terá os resultados das discussões sobre a questão, realizados pelas bancadas peemedebistas na Câmara e no Senado. Uma nova reunião, desta vez de todos os constituintes do partido —

deputados e senadores — poderá ocorrer daqui a alguns dias. O tema, como sempre, será mandato presidencial.

A tarde, Ulysses encontrou-se rapidamente com o novo ministro chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Depois, em entrevista à imprensa, o ministro disse que compete à Constituinte definir a duração do mandato, mas deixou claro que Sarney quer ser ouvido. "O executivo tem o direito de participar dessa discussão." Ele defendeu ainda a tese de que o tempo definido para Sarney deverá prevalecer para os futuros presidentes da República.

CONTRA
A proposta de realizar eleições presidenciais em novembro de 1988 ganhou força no partido, mas os parlamentares contrários a ela também se manifestam cada vez mais incisivamente. O deputado federal Aírton Sandoval, presidente do PMDB paulista e muito ligado ao governador Orestes Quêrcia, classificou ontem de "absurda" a idéia.

Na opinião de Sandoval, um possível pleito no próximo ano desregularia todo o

Sarney quer isonomia

por Edson Beú de Brasília

O presidente José Sarney defende o princípio constitucional da "isonomia" para a fixação de seu mandato, segundo explicou, ontem, o secretário de Imprensa, Frota Neto. Isto é, o presidente acha que seu mandato deve ter a mesma duração daquele que a Constituinte estabelecer para seus sucessores.

No início da noite, Sarney manifestou o mesmo ponto de vista aos governadores Tasso Jereissati (CE), Geraldo Melo (RN) e Alberto Silva (PI). O governador cearense é da opinião de que Sarney deve governar cinco anos. Alberto Silva defendeu seis anos, enquanto Geraldo Melo prefere acatar a "decisão política" cobrada pelo presidente.

Sandoval diz ainda que abrir o debate sucessório agora significaria condenar ao fracasso a implantação do parlamentarismo no País, sistema por ele defendido. Isso porque, explicou o presidente do PMDB paulista, os candidatos mobilizariam os constituintes contra o sistema parlamentar, que enfraquece o poder do presidente.

Na opinião do deputado, o parlamentarismo poderia ser instituído já, seja por meio de decisão expressa da Constituinte, seja por um "grande pacto" entre o presidente Sarney e os partidos políticos, até que a nova Constituição determinasse o novo sistema parlamentar.

PROÁLCOOL — Até o final deste mês, a Comissão Nacional de Energia (CNE) decidirá o futuro do Programa Nacional do Alcool. O documento com as conclusões do grupo designado para estudar as perspectivas do programa do ponto de vista econômico e seu futuro desenvolvimento está agora na assessoria técnica do CNE, segundo informou o subsecretário executivo do órgão, Lourival Carmo Mônaco.

CONSTITUINTE

Regime misto e mandato de cinco anos, a tendência dos relatores

A implantação de um regime misto de governo, com características parlamentaristas, e um mandato de cinco anos para os presidentes da República. Esta tendência ficou marcada em reunião do relator geral da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral, com os relatores das subcomissões da Comissão de Organização dos Poderes, que chegaram a um consenso sobre a adoção de um regime de fortalecimento legislativo, e começaram a trabalhar para ver esta posição estabelecida na comissão, informa a Agência Globo.

O esboço do novo regime está sendo elaborado pelo relator da Subcomissão do Executivo, senador José Fogaça, que o apresentará em forma de relatório à subcomissão no dia 11. Segundo Bernardo Cabral, a proposta deve prever a existência de um primeiro-ministro e a possibilidade de dissolução do Congresso e convocação de novas eleições pelo presidente da República — figuras típicas do Parlamentarismo.

Hoje, a Subcomissão do Executivo encerrou suas

audiências públicas num longo debate com o jurista Josaphat Marinho e o professor César Saldanha, quando ficou clara uma tendência parlamentarista entre seus integrantes.

PRAZOS
Terminou ontem o prazo para apresentação de sugestões para o novo texto constitucional do País, de acordo com o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte.

No dia 11, o relator de cada uma das 24 subcomissões deverá apresentar relatório com anteprojeto, que será discutido durante cinco dias, depois de publicado e distribuído em avulsos. Neste prazo poderão ser apresentadas emendas pelos membros das subcomissões.

Encerra-se no dia 19 a fase de discussão, o parecer do relator será votado até o dia 25 de maio — prazo para encaminhamento do anteprojeto à respectiva comissão temática.

Em cada comissão, a matéria terá tramitação análoga. A apresentação do relatório, com anteprojeto do relator, está prevista para o dia 8 de junho.

OAB propõe criação de tribunal constitucional

por Francisca Stella Fagó de Brasília

"De nada adiantará ter a Constituição dos nossos sonhos, se não houver instrumentos para os sonhos se realizarem." Foi desse argumento que se valeu ontem o presidente do conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, para propor aos constituintes a criação do tribunal constitucional.

O tribunal ou corte constitucional, composto de doze membros escolhidos pelo Congresso Nacional, teria por função zelar pelo cumprimento da nova Constituição.

A proposta da OAB, originalmente formulada pelo advogado paranaense José Lamartine de Oliveira, foi apresentada ontem aos membros da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas da Constituinte pelo presidente da OAB. Sob a forma de texto legal, ela pressupõe a existência de um sistema semiparlamentarista de governo. Mas poderia eventualmente ser adaptada a um sistema presidencialista.

Embora não exatamente nos termos da proposta da OAB, a idéia da criação do tribunal constitucional tem grande número de defensores na Constituinte, a começar pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Como relator auxiliar da Comissão de Sistematização, Jobim deverá exercer forte influência no texto final da nova Carta.

Pela proposta da OAB, os ministros do tribunal constitucional, com mandato de nove anos, teriam o poder de julgar os conflitos envolvendo a aplicação da Constituição, inclusive as ações diretas de inconstitucionalidade.

Pela Constituição em vigor, somente uma pessoa, o procurador geral da República, pode, a seu critério, dar início ao processo de declaração de inconstitucionalidade. As ações diretas de inconstitucionalidade têm efeitos gerais. Al-

cançam o conjunto dos atingidos por normas ou atos legais. Como, porém, o procurador geral da República é escolhido pelo presidente da República e demissível "ad nutum", sua independência tem sido sistematicamente contestada.

A proposta da OAB amplia o leque da iniciativa das ações diretas de inconstitucionalidade. As ações poderiam ser propostas pelo presidente da República, pelo primeiro-ministro (pressupondo o sistema parlamentarista), pelo presidente da Assembleia Nacional, por um décimo dos membros da Assembleia Nacional ou pelo conselho federal do Brasil.

O atual Supremo Tribunal Federal teria sua estrutura ampliada para 56 membros, com competência para apreciar em última instância as ações que envolvessem leis ordinárias. Cumprindo essa função liberaria a corte constitucional para enfrentar os conflitos constitucionais.

Márcio Thomaz Bastos acredita que o tribunal constitucional seja o instrumento mais importante para dar eficácia à nova Carta. Além dele, considera fundamental a previsão de autonomia orçamentária do Poder Judiciário e a proibição de sessões secretas e decisões imotivadas, como as adotadas pelo STF no julgamento das arguições de relevância.

Conforme levantamento divulgado pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), relator da Subcomissão do Poder Judiciário, seriam necessários dezenove anos de contínuo trabalho para que o Judiciário conseguisse resolver o estoque de processos pendentes de julgamento. O presidente da OAB reportou-se a essa estimativa para ponderar à subcomissão que, sem autonomia financeira e uma profunda reformulação no Judiciário, será muito difícil fazer cumprir a nova Constituição.

Partido dos Trabalhadores apresenta seu projeto

por Francisca Stella Fagó de Brasília

O projeto de Constituição apresentado ontem pelo PT à Constituinte inverte o conceito vigente de intervenção do Estado na economia. O Estado é autorizado a intervir nos setores econômicos de grande interesse social e não mais em função da existência de capacidade da iniciativa privada.

Originalmente elaborada pelo jurista Fábio Konder Comparato, no ano passado, a proposta foi discutida e reformulada pelo diretório nacional do partido. Com 273 artigos, a redação final foi feita pelos advogados Pedro Dallari e José Eduardo Martins Cardoso, assessores do partido.

Prioritariamente, Luís Ignácio Lula da Silva, presidente nacional do partido, pretende lutar na Constituinte pelas disposições sobre os direitos dos trabalhadores, os direitos coletivos e individuais, reforma agrária e democratização do Estado.

A proposta prevê o sistema presidencialista de governo e mandato de quatro anos para o presidente da República. Lula pondera que o País, na avaliação do partido, não tem ainda par-

tidos e instituições suficientemente fortes para garantir o funcionamento do parlamentarismo.

O PT não incluiu na proposta, mas já definiu que as eleições para a escolha do novo presidente da República devem ser realizadas no máximo seis meses após a promulgação da nova Carta.

No capítulo de reforma agrária, a proposta prevê a expropriação sem indenização de terras não aproveitadas. Sobre trabalhadores, consagra o direito de greve e o direito de organização como liberdade fundamental do ser humano.

Apesar de ter-se definido pelo presidencialismo, o PT propõe a redução dos poderes do presidente da República e mais poderes ao Legislativo. A correlação entre os poderes, segundo Lula, jamais permitiria, por exemplo, que o presidente da República pudesse decidir sozinho sobre a construção de uma obra como a ferrovia Norte-Sul. Se já vigorasse a Constituição que o PT propõe, pondera Lula, o presidente José Sarney já teria comparecido ao Congresso para dar explicações sobre a obra e o Congresso certamente já a teria vetado.